

DF

# Emancipação racional

22.10.1984

O Distrito Federal, por força das pressões demográficas que prosseguem empurrando para o alto os níveis populacionais da capital da República e de suas adjacências, amadureceu de há muito condições de base que justificam, em plenitude, a criação de um Plano Diretor de Indústria e Comércio a ser projetado e implantado dentro de um processo extremamente seletivo. As atividades econômicas voltadas para esses dois setores devem ser disciplinadas, acauteladoras e marcadas pelo bom senso e pelo equilíbrio.

Existem valores institucionais a preservar com relação aos pressupostos que influenciaram decisivamente na localização de Brasília no Planalto Central, ocupando um pólo de desenvolvimento a ser desdobrado sobre um alinhamento coerente. Não se pode, de forma alguma, distorcer o mercado de trabalho que se adensa ao redor do DF, diversificando a natureza das atividades além de certos parâmetros. Nem seria sensato advogar para o Distrito Federal, ocupando as suas áreas de expansão industrial, a criação de parques siderúrgicos, petroquímicos, alcooleiros, montadores pesados e afins, tendo em vista a concentração de um volume de mão-de-obra de perfis críticos, nas relações de trabalho, e sensível, portanto, a movimentos reivindicatórios com inegável poder de influência no ânimo social. Junte-se a esses inconvenientes aqueles ligados à poluição ambiental que também seria inconveniente para a posição geográfica dos montantes brasilienses dentro do contexto geográfico do Planalto Central.

Brasília precisa ser preservada não com uma redoma de intangibilidade, pondo-a além e acima das controvérsias sociais. A sua defesa se faz inadiável, tendo em vista a localização em seus quadros administrativos de um poder de decisão que pede isenção e distanciamento para conduzir-se pelas melhores conveniências do País.

Nesse sentido o Secretário de Governo do Distrito Federal alinha uma série de empreendimentos que podem perfeitamente ajustar-se a um padrão de exigências que faça Brasília defesa de atividades que viriam interferir na formação do processo decisório, atividades produtivas de ponta, sem maculações e por igual apoiadoras de várias empresas não poluentes em termos de ecossistema e não desestabilizadoras do contexto social. O esmagamento de soja, a indústria de roupas, de mineração, de calçados e de informática podem mobilizar a força de trabalho ociosa e marginalizada, gerando empregos necessários e suficientes para decompor a estrutura perniciosa que está levando um número crescente de desempregados e subempregados a situações constrangedoras e de consequências insondáveis, geradas pelo desespero da inação.

Não se pode ignorar a causa eficiente do comportamentocelerado das populações flageladas que sobrevivem nas invasões e buscam nas cidades-satélites e seus acréscimos favelados uma ocupação que inexiste para um sustento que não admite adiamentos nas formas de provisão.

Esse Plano Diretor virá permitir a formação rápida de uma

ação econômica que ativará o processo gerador de riquezas, oferecendo emprego com vistas à estabilização dos quadros sociais. O nível de intervenção para evoluir planos e projetos, na condução de uma política ampliada nesse campo, reclama, de pronto, uma estrutura administrativa superior, bem acima do grau departamental que atualmente abriga a atividade comercial e industrial, posta em hierarquia secundária sem espaços para discutir e desenvolver a problemática do setor.

Por último, é oportuno lembrar a questão da ampliação da receita tributária do Distrito Federal, tão logo se torne mais densa a criação de empresas que possam gerar impostos para fins de reaplicação tanto no nível de fortalecimento das pequenas e médias empresas quanto no dos demais setores entregues ao gerenciamento do Poder Público.

Cada Cr\$ 10 bilhões de bens produzidos fazem gerar Cr\$ 1 bilhão na receita própria do Distrito Federal. Esse efeito multiplicador somente poderá crescer como fator decorrente das atividades de transformação e de trocas, para onde convergem o emprego e a matéria-prima, na rotação econômica que faz auto-sustentado o desenvolvimento de qualquer comunidade.

Brasília não pode permanecer como dependente eterna do Governo Federal, atrelada aos recursos a fundo perdido e do fundo de participação dos Estados e dos Municípios. Precisa emancipar-se. Com inteligência e racionalidade.